

A importância de Clóvis Moura para as análises do racismo no Brasil

Renata Gomes da Costa*

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre as contribuições de Clóvis Moura para análise do racismo no Brasil. O texto mostra como o autor, a partir de pesquisas sobre a escravização, o tráfico de escravizados(as), a abolição e o capitalismo dependente, fornece os determinantes histórico-econômicos para o entendimento do racismo como um fenômeno estrutural de dominação-exploração sobre a população negra. O artigo é uma análise teórica, que parte de algumas obras de Clóvis Moura, e demarca a importância do autor como um intérprete do Brasil que reinterpreta os fundamentos históricos e econômicos do racismo e coloca em xeque as análises racistas sobre as relações étnico-raciais brasileiras.

Palavras-chave: Clóvis Moura; Racismo; Escravização; Capitalismo dependente.

The importance of Clóvis Moura for the analysis of racism in Brazil

Abstract:

The aim of this paper is to discuss Clóvis Moura's contributions to the analysis of racism in Brazil. The text shows how the author, based on research into enslavement, the slave trade, abolition and dependent capitalism, provides the historical-economic determinants for understanding racism as a structural phenomenon of domination-exploitation of the black population. The article is a theoretical analysis, based on some of Clóvis Moura's works, and highlights the author's importance as an interpreter of Brazil who reinterprets the historical and economic foundations of racism and challenges racist analyses of Brazilian ethnic-racial relations.

Keywords: Clóvis Moura; Racism; Enslavement; Dependent Capitalism.

* Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Pesquisadora cadastrada no CNPq no Grupo Serviço Social e Direitos da Unirio. End. eletrônico: renata.costa@unirio.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3231-4472>.

Introdução

Em 2021, Dennis de Oliveira lança o livro *“Racismo estrutural uma perspectiva histórico-crítica”* e provoca um debate sobre a conceituação do racismo. Nessa obra, ele mostra que, no Brasil, o racismo é “[...] produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural” (Oliveira, 2021, p. 67).

A partir dessa análise, Oliveira (2021) demarca a relação entre racismo e economia, mostrando que a estrutura econômico-social é constituída por conflitos raciais, sexuais e de classe. Dessa forma, o racismo seria fruto de um processo histórico-econômico ligado a cada formação social e a projetos políticos de dominação-exploração.

Assim, o racismo é um fenômeno que se expressa no preconceito e na discriminação racial, porém não se limita aos atos discriminatórios, pois trata-se de um processo que implementa desiguais condições de vida e de trabalho para a população negra. As expressões cotidianas dos juízos de valor (preconceito) e do tratamento diferenciado (discriminação) dirigidos à população negra são manifestações de algo mais profundo que é inerente à base econômica e política da sociedade (Oliveira, 2021).

Se hoje temos a disseminação desse tipo de análise sobre o racismo, devemos aos(as) intelectuais negros e negras que vieram antes e abriram um caminho de pesquisa que hoje encontra mais condições de consolidação. Entre esses(as) intelectuais, temos Clóvis Moura, que, nas suas pesquisas sobre a formação econômico-social brasileira, reinterpretou o processo de escravização, o tráfico de escravizados(as), a abolição e o capitalismo dependente para demarcar as bases estruturais do racismo.

Dessa forma, retomaremos elementos das análises de Clóvis Moura que consideramos fundamentais para a síntese de que o racismo é um fenômeno de dominação-exploração e que estrutura os modos de produção no Brasil (escravização e capitalismo).

Isso não significa que estamos limitando o racismo a seu aspecto econômico. Sabemos que se trata de um fenômeno que invade todas as relações (sociais, políticas e culturais) e que, como afirma Oliveira (2021), só consegue se perpetuar por meio de uma ideologia que racionalize a desigualdade e a violência racial. Porém, nosso objetivo é abordar a importância de Clóvis Moura na análise do racismo como fenômeno estrutural e denunciar que as classes dominantes no Brasil se utilizaram, desde a colonização, da população negra para seus processos de dominação, exploração e opressão.

No Brasil, de acordo com Moura (1983), a população negra foi, por quase quatro séculos, a única força de trabalho que contribuiu para o desenvolvimento das forças produtivas, como nossas relações culturais e sociais. Como afirma Moura (1992, p.13), essa população ensinou técnicas de metalurgia e mineração, aperfeiçoou “[...] métodos de trabalho, extraíndo o ouro, procurando diamantes para proporcionar a riqueza dos contratadores e da Coroa portuguesa”. O autor ainda afirma: “[...] Em todas as áreas de trabalho, os africanos incorporavam os seus modos de vida – a sua religião, indumentária, cozinha, música, sistema de regadio e plantação e outras manifestações sociais” (Moura, 1992, p.32). Porém, “[...] o negro brasileiro tem sido visto como uma peça subsidiária na nossa formação econômica, social e cultural, mesmo durante o regime do escravismo colonial” (Moura, 1983, p.9).

Quando transitamos do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, reforçamos a ideia de que negros e negras são pessoas preguiçosas, ociosas e de má índole. São incapazes de se adaptarem às mudanças capitalistas e ao trabalho assalariado. Tanto que valorizamos a figura do imigrante como “[...] povoador ideal, superior, capaz de injetar os valores da poupança e do labor perseverante que o negro não possuía” (Moura, 1983, p.11).

Todavia, esses fatores não são apenas posicionamentos ideológicos das classes dominantes, mas se explicam pelos aspectos históricos e, principalmente, econômicos perpetrados por essas classes. Clóvis Moura mostra como organizamos dois modos de produção diferentes (escravismo e capitalismo) usando como recurso a divisão racial do trabalho e transformando o racismo num traço estrutural da nossa formação econômico-social em diferentes momentos.

Contudo, como analisa o autor, isso não significa que o racismo seja o mesmo desde o período escravista. Ele se reorganiza conforme muda o modo de produção. Clóvis Moura (1983) explica como estruturamos as atividades de trabalho, desde o processo de colonização, por uma divisão racial do trabalho, que, no modo de produção capitalista, é um recurso de organização do trabalho e da produção e um incremento da taxa de lucro.

Dessa forma, nos próximos dois tópicos abordaremos as análises de Clóvis Moura sobre a escravização, o tráfico de escravizados(as), a abolição e o capitalismo dependente para mostrar as contribuições do autor para o debate sobre o racismo no Brasil.

Escravização e acumulação primitiva de capital no Brasil

No Brasil, de acordo com Moura (1983), o sistema escravista dominou amplamente e nacionalmente as relações sociais. Tivemos uma sociedade escravista de âmbito nacional que funcionou por quase 400 anos. Assim, “[...] o sistema escravista determinou em toda a extensão geográfica do Brasil o seu ritmo de

desenvolvimento e o conteúdo fundamental das suas relações interétnicas” (Moura, 1983, p. 15).

Diante disso, Moura (2020) analisa a escravização a partir de duas fases, escravismo pleno e escravismo tardio, mostrando a amplitude desse processo para a formação do país e, posteriormente, para a acumulação de capital.

Moura (2020) chama de escravismo pleno o período que vai de 1550 até 1850, com a extinção do tráfico internacional de escravizados (as). É a fase que abrange todo o período colonial, o reinado de Dom João VI, o Império de Dom Pedro I (1822-1831) e parte do Império de Dom Pedro II (1840-1889), ou seja, mais de 300 anos. É o período de estruturação do modo de produção escravista, do monopólio comercial da metrópole e da produção escoada para Portugal. Nessa fase, existia uma rígida estrutura administrativa, judiciária e política que iria funcionar até 1850, a exemplo do Conselho Ultramarino que organizava internamente o sistema escravista e protegia os interesses da Colônia.

Moura (2020) afirma que, no Brasil, o modo de produção escravista estava ligado diretamente ao capitalismo mercantil. Contudo, isso não significa que, nesse período, tivéssemos capitalismo no Brasil. Por isso, ele diferencia divisão internacional do trabalho e divisão internacional do comércio. A divisão internacional do trabalho é a divisão estabelecida nas diversas áreas onde a mercadoria era produzida (açúcar, fumo, algodão, metais preciosos). A divisão internacional do comércio é a divisão das áreas do mercado comprador pelas nações que dinamizavam o mercado internacional.

Dessa forma, explicita Moura (2020), a economia colonial não permitia a acumulação interna de excedentes. Existia um regulamento econômico e fiscal que impunha um sistema de contribuições e de impostos com o Reino português. Clóvis Moura mostra que temos uma sociedade fechada, ou seja, um circuito fechado, baseado no monopólio comercial (até a vinda de Dom João VI, em 1808) e que nem os senhores de escravizados (as) “[...] mantinha a hegemonia e o controle da comercialização do produto nem do preço dos escravos” (Moura, 2020, p. 71).

Em síntese, até 1850, temos as seguintes características do modo de produção no Brasil: i) monopólio comercial da metrópole (1808); ii) produção para exportação no mercado mundial via trabalho escravizado e tráfico de escravizados(as); iii) subordinação colonial à metrópole e impossibilidade de acumulação interna; iv) latifúndio escravista como forma de propriedade; v) luta dos(as) escravizados(as) contra o modo de produção escravista (movimento da quilombagem); vi) controle constante das revoltas dos(as) escravizados(as).

Já o escravismo tardio compreende o período de 1851-1888. Para Moura (2020), é o período caracterizado pelos seguintes fatores: i) cruzamento das relações capitalistas com uma base escravista; ii) domínio inglês; iii) tráfico interprovincial de escravizados(as); iv) modernização sem mudanças (o moderno passa a servir ao

arcaico). Em relação à modernização, Clóvis Moura destaca que tivemos progresso econômico, tecnológico e cultural sem a modificação das relações de produção. Os novos recursos tecnológicos e científicos, por exemplo, eram aplicados em uma realidade escravista.

A decomposição do escravismo tardio coincide com o início da dominação imperialista, pois a “[...] grande duração do escravismo brasileiro levou-o a encontrar-se com aquelas forças econômicas exógenas de dominação que não tinham mais interesse em exportar mercadorias, mas capitais” (Moura, 2020, p.123).

É nesse momento que Moura (2020) aponta que o escravismo tardio descampa para o capitalismo dependente. A transição para o capitalismo dependente também ocorre por meio de um processo de acumulação primitiva de capital. Os países capitalistas passam por um processo originário de acumulação até o desenvolvimento pleno das relações capitalista de acumulação.

Marx (2014) analisou esse processo na Inglaterra, mas que se particulariza em outros países, especialmente naqueles que passaram por colonização e escravização. A acumulação primitiva de capital começa na Inglaterra (séculos XIV – XVIII), por dentro do mercantilismo, via expropriações de terra, e marca a formação da classe trabalhadora e do exército industrial de reserva.

Para Marx (2014), a acumulação primitiva expressa: i) as condições históricas de transição para o capitalismo; ii) um movimento que cria o trabalhador livre na Europa; iii) um processo de criação violenta de proletariados sem direitos; iv) uma disciplina sanguinária que os transformou em assalariados; v) um processo estrutural e internacional.

É um processo histórico-econômico que transforma as terras em artigo de comércio, amplia a exploração agrícola e a retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as), pois “[...] todas as suas aldeias foram destruídas e reduzidas a cinzas; todas as suas lavouras convertidas em pastagens. Soldados britânicos intervieram para executar a expulsão e entraram em choque com os nativos” (Marx, 2014, p. 852).

Marx (2014) mostra que a efetivação desse processo ocorreu por meio de mecanismos internos e externos. Em relação aos fatores internos, as expropriações foram a principal estratégia, pois era necessário garantir força de trabalho, terras, insumos e matérias-primas, formar um exército industrial de reserva e desenvolver um mercado interno. Em relação aos fatores externos, investiram nas descobertas de ouro e prata nas Américas, no extermínio e na escravização da população indígena, nas pilhagens das Índias orientais e na transformação de países africanos em um campo lucrativo para o capitalismo.

Diante disso, verificamos que a origem do modo de produção capitalista ocorre por meio de expropriações, colonização e escravização. Esta última, como afirma Moura (1988b), foi um dos principais alicerces do desenvolvimento do

capitalismo industrial nas metrópoles. Sendo assim, o processo originário de acumulação de capital apresentará particularidades, a depender da formação econômico-social analisada.

Em países como o Brasil, nos mostra Moura (1983; 2020), não tivemos a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho pessoal (próprio), mas a dissolução do modo de produção escravista e a extinção do trabalho escravizado. Além disso, aqui os(as) ex-escravizados(as) não foram transformados(as) em trabalhadores(as) assalariados(as), como os(as) camponeses(as) ingleses(as) no início do capitalismo.

Na Europa, a produção de excedentes, no processo de acumulação primitiva, ocorreu com os(as) camponeses(as) expropriados(as) transformados(as) em força de trabalho assalariada e, outra parte, em exército industrial de reserva. No Brasil, a produção de excedentes foi realizada via trabalho escravizado e força de trabalho imigrante. E a formação do exército industrial de reserva com a população negra escravizada.

A partir das análises de Clóvis Moura (1983; 1988a; 1988b; 2020), podemos elencar alguns fatores internos e externos e algumas medidas estatais que caracterizam a acumulação primitiva de capital no Brasil. Em relação às medidas estatais, temos: i) Tarifa Alves Branco (1844); ii) Lei da Terra (1850); iii) Lei Eusébio de Queirós (1850); iv) Guerra do Paraguai (1865-1870); v) política imigrantista (Moura, 2020).

A Tarifa Alves Branco (1844) foi uma medida protecionista da indústria nascente que tinha a finalidade tributária e protecionista de taxar os artigos importados em 20% a 60%. A Lei da Terra (1850) promulgava que o Estado colocaria terras à venda e a única maneira de se adquirir era comprando do governo. A lei criou uma barreira para os(as) ex-escravizados(as) adquirirem terras após a Abolição. Para Moura (2020), a lei de terras, no fundo, tinha um conteúdo político e expressava uma modernização que deseja conservar a propriedade da terra e importar trabalhadores livres. Se ganhava tempo para se consolidar uma determinada forma de apropriação da terra e “[...] estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto, a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle” (Moura, 2022, p.117).

A Lei Eusébio de Queirós (1850) proibiu a continuidade do tráfico internacional de africanos(as). Isso estancou a fonte de reposição da força de trabalho cativa e esvaziou a dinâmica demográfica que sustentava a escravização. O tráfico passou a ser interprovincial, o que, para Moura (2020), é um dos traços do escravismo tardio. Moura (2020) afirma que temos, assim, um embrião de uma burguesia epidérmica, que nasce como classe muito mais tarde e que não desempenhou um papel da burguesia clássica do modelo europeu. Nossa burguesia

é “[...] auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da nova Metrópole: a Inglaterra” (Moura, 2020, p.75).

A Guerra do Paraguai (1865-1870) compreendeu cinco anos de conflito e os escravizados compuseram o Exército. Tivemos entre 60 mil e 100 mil mortos na guerra e retornaram 10 mil soldados para o Brasil. Para Moura (2020), os que voltaram adquiriram uma consciência crítica da sua condição e com outra visão da escravização. Além disso, o Brasil saiu endividado da Guerra.

A política imigrantista está ligada a alguns fatores internos e externos que Moura (2020) analisa. A saber: i) drenagem permanente de riquezas, na qual os agentes econômicos (internos e externos) eram orientados por uma mentalidade especulativa predatória; ii) apropriação do excedente econômico nacional via trabalho escravizado; iii) inclusão no mercado mundial via esquema produção-exportação-importação; iv) tráfico de escravizados(as); v) imigração. Dentro do escopo deste trabalho, focaremos nos pontos iv) e v) e em sua relação com a política imigrantista, atrelada a uma análise acerca da relação entre trabalho assalariado, tráfico de escravizados(as) e Abolição.

A relação entre trabalho assalariado, tráfico de escravizados(as), Abolição e política imigrantista, mostra que, no Brasil, a acumulação primitiva pressupõe dois fatores fundamentais: i) a eliminação da condição de meio de produção das(os) trabalhadoras(es) negras(os); ii) força de trabalho assalariada via imigração. Os(as) trabalhadores (as) negros(as) não possuíam meios de produção e terra. Eles(as) eram os meios de produção mediante a escravização.

No processo de Abolição, estes(as) trabalhadores(as) não tiveram acesso ao assalariamento, sendo substituídos pelos(as) trabalhadores(as) imigrantes. Isso se atrela ao poderio econômico e político dos traficantes de escravizados(as). O tráfico de escravizados(as) era um ramo de comércio importante e alimento para a “[...] indústria britânica em casa e a agricultura tropical nas colônias” (Williams, 2012, p.72). Articulando o debate de Williams (2012) e Moura (1988a; 1988b), verificamos que o tráfico representou uma empresa comercial que supria a força de trabalho necessária para movimentar o comércio do período e contribuir com o processo de acumulação primitiva e, posteriormente, de acumulação capitalista.

De acordo com Moura (1988b, p. 54), inicialmente a Inglaterra teve a necessidade do tráfico de escravizados(as) para que o capitalismo se consolidasse, porém, “[...] a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já se havia consolidado em toda a sua plenitude, cedo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa”. Como reforça Williams (2012, p. 234-250), os “[...] enquanto o capitalismo britânico dependeu das Índias Ocidentais, eles ignoraram ou defenderam a escravidão. Quando o capitalismo britânico passou a considerar o monopólio das Índias Ocidentais um entrave, destruíram a escravidão

naquela colônia como primeiro passo para destruir o monopólio das Índias Ocidentais”.

Tanto Moura (1988b) quanto Williams (2012) mostram os interesses econômicos em torno do tráfico e como os traficantes de escravizados(as) gozavam de poder político e econômico. Ao debaterem tais elementos, os autores explicitam os interesses econômicos no processo de imigração como substituição do trabalho da população negra escravizada. Não era uma simples questão ideológica, mas, sim, econômica.

De acordo com Williams (2012, p.85), “os traficantes de escravos ocupavam altos cargos na Inglaterra [...] cargos da municipalidade. Os traficantes de escravos estavam solidamente estabelecidos nas duas Câmaras do Parlamento”. Assim, o tráfico, afirma Moura (1988b), era uma atividade mercantil com investimentos para aquisição de veleiros, equipamentos, portos, e contratação de força de trabalho para “[...] o comércio de carne humana” (Moura, 1988b, p. 44). Tais investimentos possibilitavam a produção e comércio de outras mercadorias como o açúcar e, posteriormente, o café. Assim, o tráfico tinha a função interna de manter o equilíbrio demográfico e a função externa de contribuir com o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles europeias.

Moura (1988b) mostra que as empresas de traficantes de escravizados (as) eram importantes companhias navegadoras e que possibilitavam lucros incalculáveis, tanto que “[...] os traficantes daqui ou da costa africana foram sempre homens ricos e poderosos (Moura, 1988b, p.45)”.

Em síntese, podemos considerar que o tráfico é uma empresa comercial com poderes econômico-políticos que marcou o processo de formação econômico-social do Brasil. E que foi um dos maiores negócios para o processo de acumulação primitiva e, por conseguinte, com a mudança para os processos de imigração, para a acumulação capitalista.

Assim, a proibição do tráfico, em 1850, atingia um negócio lucrativo e uma elite econômica com influência e poderes políticos. Por isso, precisavam de um negócio de transição até conseguirem migrar seus investimentos para a criação de bancos, de caixas econômicas, de companhias de navegação a vapor, de seguros, de colonização de estradas de ferro de mineração, de transporte e de linhas de navegação transoceânicas, como fizeram posteriormente.

O negócio de transição foi a política imigrante. A empresa de tráfico de escravizados(as) passou a investir nos processos de imigração da força de trabalho. A partir dessa análise, Moura (1988b; 1994) nos mostra as razões econômicas do processo de imigração e demarca que não se trata de uma simples estratégia ideológica, moral ou emocional da classe burguesa racista. Em síntese:

No Brasil, ao se pensar em novo tipo de organização do trabalho, por mecanismos ideológicos elitistas, pensava-se, também, em outro tipo de trabalhador. E aqui se cruzam os preconceitos racistas das nossas elites com os interesses mercantis daqueles segmentos da burguesia nativa que se organizaram e investiram para explorar a empresa imigrantista [...] o problema da mão-de-obra já estava praticamente resolvido com a importação de milhares de imigrantes. O trabalhador nacional descendente de africanos seria marginalizado e estigmatizado. O ideal de branqueamento das elites seria satisfeito, e as estruturas arcaicas de propriedade continuariam intocadas. O negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é manipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perdurando até hoje (Moura, 1994, p. 59-62).

A imigração foi uma estratégia econômica e marca a origem da acumulação capitalista no Brasil e o desenvolvimento do capitalismo dependente. Moura (2020) explica que as nossas relações capitalistas não surgem diretamente da nossa acumulação interna, mas são dinamizadas externamente, principalmente pelos ingleses, que modernizaram o Brasil de forma subordinada. Moura (2020) cita, por exemplo, o controle da modernização tecnológica controlada pelo capital britânico que, em 1880, detinha 11 companhias de estradas de ferro, portos, companhias de gás, de iluminação, de cabos submarinos, de seguros, de navegação fluvial e as agroindústrias nordestinas, focadas na produção de açúcar.

Assim, os ingleses controlavam as empresas internas e os comércios exportador e importador. Moura (2020) mostra que, tanto no escravismo pleno quanto no escravismo tardio, os ingleses sempre investiram em áreas de pique econômico. Eles dinamizaram a modernização brasileira por meio de uma contrapartida, que foi impedir o desenvolvimento interno dos setores bancário, ferroviário e industrial nascentes.

Diante disso, não tivemos a formação de uma classe burguesa nacional para assumir o comando do desenvolvimento do novo modo de produção, pois:

[...] o capital monopolista internacional – fundamentalmente inglês – cria um complexo cerrado e dinâmico de dominação naquilo que a economia brasileira deveria dinamizar se tivesse forças econômicas internas (acumulação) de efetuar essa mudança qualitativa a fim de sair do escravismo e entrar na senda do desenvolvimento capitalista autônomo (Moura, 2020, p. 123).

Dessa forma, no Brasil, explicita Moura (2020), não tivemos a criação de condições para o desenvolvimento de um processo originário de acumulação capitalista que formasse uma burguesia independente, que estruturasse o mercado interno e competisse com os capitais estrangeiros em áreas rentáveis. Na verdade, temos um processo de modernização, além de subordinado, via endividamento com os agentes financeiros internacionais. E, assim,

[...] o processo de dependência econômica e financeira progride à medida que esse tipo de modernização avança. Sem falarmos nos diversos empréstimos contraídos pelo Brasil no início do primeiro Império [...] ficando o Brasil, desde então, como cliente pagador de juros escorchantes e consecutivos, sem conseguir sair do círculo vicioso de pagar juros e continuar devendo [...] além dos pagamentos de juros e de amortizações que tínhamos de fazer dos empréstimos que contraímos no exterior, havia ainda a remuneração dos investimentos aqui feitos, os pagamentos dos fretes e seguros do nosso comércio exterior, as despesas com a nossa diplomacia, as remessas dos estrangeiros aqui residentes etc., reunindo um montante que ultrapassa nossa entrada de divisas, baseada quase que somente nos saldos do comércio exterior (Moura, 2020, p. 97-98).

Diante disso, nosso aceno à industrialização não levava em consideração a grande massa de trabalhadores (as) escravizada e ex-escravizada que era considerada coisa e, logo, incapaz de participar desse processo de modernização. Além disso, a estrutura jurídica e política legalizava a referida “incapacidade”. Assim, “[...] o Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação e prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação” (Moura, 2020, p. 149).

Dessa forma, “[...] o escravismo colonial cria, portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente que o substitui” (Moura, 1983, p. 23). Apreender esses elementos nos fornece a base material da análise de Moura que mostra a articulação interseccional entre capitalismo e racismo.

Racismo e capitalismo no Brasil: elementos fundamentais das análises de Clóvis Moura

No primeiro tópico, vimos que um elemento fundamental para o desenvolvimento da acumulação capitalista é a criação do trabalho assalariado, que foi criado na Inglaterra via expropriações. No Brasil, o processo de assalariamento ocorre via política imigrantista, que possibilita a continuidade da empresa de tráfico

de escravizados(as) e a formação de um contingente de força de trabalho marginalizada, composta pela população negra.

A população negra vai integrar o exército industrial de reserva, que tem como papel econômico forçar os salários para baixo. A relação entre trabalho assalariado, tráfico de escravizados(as), Abolição e imigração explica a reorganização da divisão racial do trabalho que fará parte da estrutura capitalista. A divisão racial do trabalho forja um perfil de pessoas para o exército industrial de reserva, de modo que, quando conseguem o assalariamento, são inseridas nas atividades de baixa qualificação e com baixos salários.

Para Moura (1983), o preconceito de cor funciona como mecanismo regulador do capitalismo dependente, com o objetivo de manter os baixos salários para essa massa marginal e para a classe operária por abrangência. Assim, o que o autor chama de sistema classificatório fenotípico impõe uma ordem desigual de acesso ao mercado de trabalho e às melhores condições de vida para a população negra. É uma estratégia econômica de acumulação capitalista que estrutura a origem e o desenvolvimento desse modo de produção no Brasil.

A roupagem da democracia racial, argumenta Moura (2020), se fundamenta em um processo de estratificação social, econômica, política e cultural da população negra, que impõe um imobilismo social e econômico, que se mantém até hoje e fundamenta o racismo como sistema de dominação-exploração. Em síntese, Moura (2020, p.206) mostra que:

[...] esse sistema classificatório de barragem e seleção étnica poderá ser dividido em dois estágios. O primeiro funciona durante todo o sistema escravista. O segundo vai da Abolição até os nossos dias [...] No primeiro estágio, as barreiras jurídicas e simbólicas e as limitações estruturais do sistema tiravam do escravo todos os direitos impunham-lhe um imobilismo total e vitalício, barravam social e economicamente, pelo coerção extraeconômica, a maioria dos habitantes do Brasil até o início do século XIX. Os escravos, quer negros, quer pardos, só podiam conseguir mobilidade social (vertical ou horizontal) de modo significativo e socialmente relevante por meio das fugas, dos quilombos, das insurreições ou do bandoleirismo quilombola. Somente através desses movimentos radicais eles reconquistavam a liberdade, ou mediante alforrias compradas ou concebidas, muitas vezes quando o escravo já havia chegado quase ao fim da existência ou ficava incapacitado para o trabalho [...] No segundo estágio dessa estratégia, isto é, após o 13 de Maio, outros mecanismos de barragem e hierarquização étnica foram acionados e dinamizados. Usando o princípio de que todos são iguais perante a Lei, essa estratégia de barragem social se refina. Isto levou a que o cidadão negro – o ex-

escravo- não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu de casa e especialmente quando reenvidou cargos ou funções [...] tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais. Essa deformação da sua personalidade que é uma consequência do comportamento patológico das elites racistas termina segregando-o em um gueto invisível [...] Todos esses elementos fizeram da sociedade brasileira, no nível das relações raciais, especialmente entre negros e brancos, uma sociedade neurótica e produtora de uma paranoia social, que entre brancos, quer entre negros.

Após a Abolição, a população negra foi equiparada formalmente à população branca. Porém, na prática, como demonstra Moura (2020), se criou, na verdade, uma série de mecanismos que regulam o capitalismo dependente e determinam a posição da população negra, primeiramente no exército industrial de reserva e, em seguida, nas atividades de trabalho de baixa qualificação e de baixos salários. Assim, “[...] tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo sub-trabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal-remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição” (Moura, 1988a, p. 45).

Dessa forma, temos um capitalismo estruturado por uma divisão racial do trabalho que é a base de fundamentação do racismo. Não estamos limitando a definição do racismo à divisão racial do trabalho. O racismo é um fenômeno de dominação-exploração que invade as relações econômicas, sociais, culturais, políticas, afetivas e familiares. Porém, tem uma base econômica (a divisão racial do trabalho), pois funciona como elemento dinamizador de um modo de produção. A divisão racial do trabalho se estrutura por três princípios, a saber: i) existe trabalho de negros(as) e trabalhos de brancos (as); ii) trabalhos de negros(as) são diferentes de trabalhos de brancos (as); iii) trabalhos de brancos (as) valem mais do que trabalho de negros(as).

De acordo com Moura (1983, p. 30), “[...] a população negra foi imobilizada para atender a um desenvolvimento econômico que rebaixasse ao máximo os custos com a força de trabalho”. Assim, a divisão racial do trabalho é um elemento estrutural para o capitalismo dependente, que necessitava de um contingente de força de trabalho “[...] marginalizado mais compacto e extenso do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar a permanência dos baixos

salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada, na sua esmagadora maioria, pelos negros [...]” (Moura, 1983, p. 37).

Era uma massa de pessoas marginalizadas, quase que em sua maioria afrodescendentes, e que passaram a ser consideradas incapazes para o trabalho assalariado. Essa incapacidade, propagada historicamente no Brasil, escondia, na essência, um processo de descarte perpetrado pela classe capitalista que conseguia “[...] estabelecer o equilíbrio do modelo através da imposição pelas estruturas de poder dominantes, de níveis de salários irrisórios, que a partir daí, o sistema consegue manter” (Moura, 1983, p. 9-10). Assim,

[...] os mitos e racionalizações do escravismo são desenterrados e reinterpretados para manter o negro atrás do exército industrial de reserva, como massa marginalizada. O preconceito de cor funciona, portanto, como um mecanismo regulador do capitalismo dependente a fim de manter os baixos padrões de salários dessas massas plebeias e da classe operária por abrangência. O sistema mantém o negro sob controle. E a repressão do aparelho policial entra em contato corpo a corpo com o negro e segmentos marginalizados. A imagem do negro, por isto, passa a ser a de um desordeiro, criminoso, baderneiro e antibrasileiro. Podemos falar de um ítalo-brasileiro, um luso-brasileiro, um nipo-brasileiro como descendentes das suas respectivas matrizes colonizadoras naturalmente. Mas, quando se fala em afro-brasileiro a coisa muda e há uma série de restrições ao termo e de medidas repressivas porque o negro tem de ser apenas o cidadão sem raízes culturais, sem historicidade. Tem de ser apenas o ex-escravo (Moura, 1983, p. 25).

Para Moura (1983), a imagem construída contra a população negra é um regulador do capitalismo e busca imobilizar os(as) trabalhadores(as) negros(as) a reivindicarem melhores condições de vida e trabalho. Por isso, se impõe uma repressão intensa contra esse segmento que é tão funcional aos processos de acumulação capitalista.

O processo de repressão contra a população negra remonta às diversas formas de violências e torturas do período da escravização e às tentativas de dizimar as diversas sociedades quilombolas. No capitalismo, essa repressão é imposta pelas expressões do racismo que invadem o Estado e se transformam em violência policial, social e cultural, que mata e oprime cotidianamente negros e negras no Brasil.

De acordo com os dados do Fórum de Segurança Pública, sobre a violência contra pessoas negras no Brasil, em 2021, temos os seguintes indicadores: i) a cada 100 pessoas assassinadas no país, 78 eram negras; ii) as pessoas negras representam 84,1% dos mortos pela violência policial; iii) 72% de todos os homicídios do país

foram contra pessoas negras; iv) 62% das mulheres vítimas de feminicídio são negras; v) 67,5% da população carcerária é composta de pessoas negras.

Os referidos indicadores explicitam materialmente as consequências de um racismo que estrutura as relações econômico-sociais. Por isso, a importância das análises de Clóvis Moura sobre os aspectos racistas que estruturam os modos de produção no Brasil. Assim,

[...] o racismo é um multiplicador ideológico que se nutre de ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças (Moura, 1994, p. 6).

No capitalismo, o racismo é retomado não como um resquício de uma sociedade arcaica, mas, como mostra Clóvis Moura (1994), como um fenômeno estrutural de dominação-exploração que estrutura as relações econômicas, políticas, culturais e psicológicas. Para Moura (1994, p. 4), “somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente”. O racismo é um fenômeno de dominação-exploração forjado para justificar a expansão e dominação de grupos e nações, por isso seu enfrentamento está relacionado aos elementos estruturais do modo de produção capitalista.

Considerações finais

As análises de Clóvis Moura sobre o Brasil recontam a nossa história a partir dos elementos estruturais que forjaram nossa formação econômico-social. Ao analisar como as relações raciais são fundamentais para a origem e desenvolvimento da nossa nação, Moura rompe com as perspectivas europeias e racistas que desconsideraram o estruturante da divisão racial e do racismo nas relações econômicas, social, políticas e culturais. Moura desenvolve análises que desvendam o racismo como elemento estrutural da modernidade capitalista. E desmascara os mitos da democracia racial e da miscigenação. Arelado a isso, realiza uma análise econômica sobre a política imigrantista que se contrapõe às ideias sobre a origem do trabalho assalariado no Brasil, que considera a população negra inapta para o trabalho, tendo sido necessário apostar em uma força de trabalho imigrante, logo, mais qualificada.

Clóvis Moura, como afirma Oliveira (2020), nos mostra que a luta anticapitalista se imbrica com a luta antirracista e se articulam mutuamente. O

racismo é fundamental para o processo de acumulação capitalista e para a taxa de lucro. Clóvis Moura, em suas diversas obras, realizou uma análise marxista sobre as relações raciais, mostrando seus componentes econômico-estruturais.

Oliveira (2020) mostra que tais análises se mantiveram vivas no Brasil por meio do movimento negro, pois academicamente Clóvis Moura ficou muito tempo no ostracismo da nata intelectual dos intérpretes do Brasil. Nos anos 2000, afirma o autor, o pensamento de Clóvis Moura é retomado por algumas entidades de jovens negros como Círculo Palmarino, Quilombagem e o Coletivo Quilombação. No âmbito acadêmico, as análises de Clóvis Moura são retomadas pelos(as) pesquisadores(as) negros(as). E, hoje em dia, temos pesquisas sobre o Brasil que conseguem acessar nossa história a partir de suas particularidades que cruzam colonização, escravização, capitalismo dependente e racismo. Talvez, a negação das contribuições de Clóvis Moura tenha relação com a potência de seu pensamento, pois Moura sabia que “um projeto negro radical no Brasil é como uma bomba atômica que vai derrubar todas as estruturas do país” (Oliveira, 2020, p. 17).

Referências

- FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. *A violência contra pessoas negras no Brasil 2022*. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2022/. Acesso em: 21 jan. 2023.
- MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- _____. O racismo como arma ideológica de dominação. *Princípios*, São Paulo, n. 34, p. 28-38, 1994.
- _____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- _____. *Rebeliões da senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988b.
- _____. Estratégia do imobilismo social contra o negro no Mercado de Trabalho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 2, n. 2, p. 44-46, abr./jun. 1988a.
- _____. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- OLIVEIRA, Dennis de. *Racismo estrutural uma perspectiva histórico-crítica*. 1. ed. -- São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- _____. Prefácio: uma análise marxista das relações raciais. In: MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020. p. 15-22.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.